

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS é o Órgão Gestor da Política Pública de Assistência Social em Colina. Oferta serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio, da rede pública socioassistencial. Desde Janeiro de 2025 a SMDS tem sido gerida pela Senhora Danubia Grazielle de Souza, tornando-se ordenadora de despesas do Fundo Municipal de Assistência Social do município.

Neste relatório são apresentados os resultados pertinentes à implementação das ações e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais organizados por níveis de Proteção Social Básica – PSB e Proteção Social Especial – PSE de Média e Alta Complexidade, referentes ao exercício de 2025 conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, previsto na Lei nº 12.435 de 06 de Julho de 2011, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Este documento foi construído pela Equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social juntamente com coordenadores e técnicos da rede socioassistencial, cujas experiências práticas se estabelecem de forma relevante para o processo de consolidação do SUAS, no município de Colina. Portanto, a elaboração deste relatório anual de gestão tem por objetivo prestar contas junto à sociedade, se tornando um importante instrumento de avaliação e monitoramento.

Neste sentido, a gestão municipal pretende primar pela transparência e comunicação de suas ações, indo de encontro aos princípios norteadores da administração pública. Por fim, destaca-se que este relatório passou por apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS. E que, mais do que publicizar as informações, o relatório tem como objetivo subsidiar o CMAS, demais instâncias de controle social e toda a sociedade na análise sobre os avanços alcançados em 2025 e nos desafios que seguem.

As ações realizadas foram orientadas pelo Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Colina, bem como nos Planos de Ação do cofinanciamento federal, estadual e municipal. Da mesma forma, as ações prioritárias buscaram atender ao disposto no Plano Plurianual – PPA 2022/2025, considerando as propostas aprovadas nas Conferências Municipais de Assistência Social.

Conforme explicitados na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109 de novembro de 2009), são eles: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Proteção Social Básica

CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

O CRAS é a porta de entrada para os serviços socioassistenciais, responsável pela Proteção Social Básica, tem sua centralidade na família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos, através do protagonismo de seus membros e da oferta do conjunto de serviços locais que visam a

convivência, a socialização e o acolhimento de famílias cujos vínculos - familiar e comunitário - não foram rompidos. O público alvo do CRAS são famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, pessoas com deficiência, idosos, crianças retiradas do trabalho infantil, pessoas inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), dentre outros. Os serviços podem ser desenvolvidos fora de seu espaço físico, desde que a ele referenciados, como é o caso do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Os Serviços Específicos de Proteção Social Básica têm por objetivo atender a demandas e necessidades específicas de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, por meio de atividades complementares às ações do serviço de proteção social básica às famílias. Tendo como atribuição realizar a acolhida, os atendimentos psicossociais, acompanhamentos e encaminhamentos para a inclusão dos usuários e de suas famílias nos programas de transferência de renda (PBF, BPC) e outros serviços ofertados. Colina conta atualmente com 01 CRAS, responsável por atender um conjunto de bairros e a área rural.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é oferecido de forma continuada e tem como finalidade apoiar as famílias e fortalecer sua função protetiva, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. O trabalho social com famílias é realizado no âmbito do PAIF. É um conjunto de ações e procedimentos realizados com o objetivo de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de uma família. Este trabalho estimula as potencialidades das famílias e da comunidade, promove espaços coletivos de escuta e troca de vivências.

Os objetivos do PAIF são:

- O fortalecimento da função protetiva da família;
- A prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários;
- A promoção de ganhos sociais e materiais às famílias;
- A promoção do acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais;
- O apoio a famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. Podem participar famílias cujos membros se encontram em situação de vulnerabilidade social por questões diversas como as de gênero, etnia, deficiência, idade, entre outras. São priorizadas no PAIF as famílias inseridas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, aquelas beneficiárias do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), territorialmente referenciadas ao CRAS.

Os Benefícios Eventuais estão previstos na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e oferecido pelo município de Colina aos cidadãos e às suas famílias que não têm condições de arcar por conta própria com o enfrentamento de situações adversas ou que fragilize a manutenção do cidadão e sua família. Para solicitar o Benefício Eventual, o cidadão deve procurar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e CRAS. A oferta desses benefícios ocorre por meio de identificação de pessoas e famílias em situação de

vulnerabilidade nos atendimentos feitos pelas equipes da Assistência Social. O regramento normativo municipal que orienta a concessão e os critérios para os benefícios eventuais é a Lei nº 3.616 de 22 de Setembro de 2021 que assegura os benefícios de Auxílio Natalidade, Auxílio Funeral, Auxílio de Aluguel Social, Auxílio de Atendimento a situações de vulnerabilidade temporária, Atendimento a situações de calamidade pública.

Benefício Eventual – Auxílio Nutricional (Cesta Básica)

Assegura em caráter emergencial e temporário, mediante concessão na forma de Cesta Básica, destinado a famílias em situação Risco Social e Vulnerabilidade Socioeconômica. No ano de 2025 foram fornecidas 1.650 Cestas Básicas.

Benefício Auxílio – Auxílio Funeral

O benefício eventual, na modalidade por morte, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, na forma de bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família. No ano de 2025 foram fornecidas 17 Urnas Funerárias.

Auxílio Natalidade

O benefício eventual em virtude de nascimento, também denominado Auxílio Natalidade, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva, da política de Assistência Social, a ser ofertado na forma de bens de consumo, para reduzir a vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família. No ano de 2025 foram fornecidos 12 Kits Natalidade.

Auxílio Fotografia

O benefício eventual de Auxílio Fotografia constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, em prestação de serviço, a fim de garantir aos cidadãos e às famílias, a obtenção de fotos para documentos de que necessitam e não dispõem de condições para adquiri-los. O Auxílio é destinado aos cidadãos e às famílias e será concedido, preferencialmente, para a aquisição de fotografias para entrevistas de emprego, ou outra oportunidade de acesso ao mercado de trabalho. No ano de 2025 foram fornecidas 16 Kits de fotos.

Auxílio Transporte

O benefício eventual de Auxílio Transporte constitui-se em prestação temporária, não contributiva da assistência Social, em forma de transporte por meio de veículo da frota pública municipal ou credenciamento de veículos, de forma a garantir ao indivíduo e às famílias condições dignas de retorno à sua cidade de origem, visitas aos parentes em situação de prisão, internação, acolhimento ou morte em outras cidades e estados e outras situações análogas.

O benefício eventual do Auxílio Transporte é destinado às famílias e indivíduos nas seguintes condições:

I – Visitas de familiares a adolescentes e jovens custodiados através das medidas socioeducativas (Fundação Casa);

II - Visitas de familiares a adultos presos, em penitenciárias;

III - Visitas de familiares a pessoas acolhidas ou internadas em Clínicas de recuperação de dependentes, Comunidades Terapêuticas e Hospitais Psiquiátricos;

IV – Visitas à familiares em decorrência do falecimento de membro da família até o 3º (terceiro) grau na linha reta;

V - Retorno de migrantes à cidade de origem, de acordo com o relatório Social encaminhado pela equipe técnica comprovando a necessidade do indivíduo e da família;

VI – Pessoas em situação de abandono ou de impossibilidade de garantir abrigo aos membros da família no município, por perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida ou de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

VII – Outras situações análogas, devidamente comprovadas e após análise e relatório social encaminhado pela equipe técnica comprovando a necessidade do indivíduo e da família.

No caso de migrantes, serão dadas condições dignas de retorno à cidade de origem, asseguradas as despesas com passagens e contato com a Assistência Social, ou equivalente, de origem, a fim de garantir condições de permanência do indivíduo ou da família através de acompanhamento qualificado.

Auxílio de Aluguel Social

O benefício eventual na forma de aluguel social constitui auxílio em pecúnia para pagamento de gastos com moradia às pessoas ou famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade social e de risco pessoal e social.

Os objetivos, beneficiários, diretrizes específicas setoriais e de operacionalidade e demais disposições estão estabelecidas na Lei Municipal nº 2.994, de 07 de novembro de 2.013 e seu Decreto regulamentador.

O **Benefício de Prestação Continuada (BPC)** é um Benefício da Política de Assistência Social, portanto de caráter não contributivo. Está previsto na Constituição Federal de 1988 e regulamentado na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas – Lei nº 8.742/93), e em normativas de caráter operacional.

O benefício consiste no pagamento de um salário mínimo mensal às pessoas idosas com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência, cuja renda familiar por pessoa seja inferior a 1/4 do salário mínimo por mês. Estimula a participação e reconhecimento social dessas pessoas, seu convívio social, autonomia e protagonismo melhorando suas vidas, suas relações familiares e sociais.

O município de Colina colabora com o acesso ao benefício por meio da atuação da equipe dos serviços da Política de Assistência Social, especialmente a do Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) fazendo a divulgação do benefício, a identificação de pessoas com perfil para recebimento do benefício, a orientação sobre critérios, objetivos e dinâmica do benefício, bem como a inserção do beneficiário e sua família no Cadastro Único, nos serviços da política de assistência social e de outras políticas públicas.

O Cadastro Único é a base de dados do Governo Federal onde estão registradas as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda domiciliadas no território brasileiro, que são aquelas que possuem renda mensal de até 1/2 salário mínimo por pessoa. O governo federal utiliza os dados do Cadastro Único para conceder benefícios e serviços de programas sociais, como: Tarifa Social de Energia Elétrica, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família, entre outros. Os dados do Cadastro Único também podem ser utilizados para o mapeamento das vulnerabilidades locais, o planejamento das ações e a seleção de beneficiários dos programas sociais geridos pelo município.

O Programa Bolsa Família / PBF Transferência de renda diretamente às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza que vincula o recebimento do auxílio financeiro ao cumprimento de compromissos (condicionalidades) nas áreas de educação (matricula e a frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 06 e 15 anos) e 75% adolescentes de 16 e 17 anos e saúde (acompanhamento da saúde de gestantes, nutrizes e crianças menores de 07 anos de idade).

Atividades Desenvolvidas em 2025

Realização de encaminhamentos das novas crianças a serem atendidas no Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos para a entidade Casa Assistencial;

Inserção dos adolescentes referenciados e encaminhados pelo CREAS que estão em medida socioeducativa no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

No decorrer do ano foram abordados os temas: Drogas e IST's. A escolha do tema teve por objetivo alertar a população sobre os riscos das IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis) e estimular a busca de serviços de Saúde quando perceber sintomas como corrimento, verrugas, feridas nos órgãos genitais. Para essa conscientização as estratégias usadas foram: reuniões socioeducativas com os adolescentes inseridos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, SCFV.

Houve apresentação de vídeos nos grupos socioassistenciais existentes. Ao longo de um mês os adolescentes puderam expor sobre seus conhecimentos sobre os temas e tirar dúvidas. Drogas é um tema bastante vivenciado, o grupo foi levado a refletir sobre os prejuízos causados na saúde, família e desempenho escolar, relacionados ao uso de drogas ou tráfico, além do risco de contrair IST também por compartilhamento de seringas. O tema IST despertou curiosidade nos adolescentes, que foram orientados em relação a todas as dúvidas expostas;

Empoderamento da Mulher Negra e Racismo. Foi trabalhado com a apresentação de vídeos e grupos socioeducativos, com os adolescentes e no PAIF, além da realização da Semana da Consciência Negra e do dia da Consciência Negra, cujo tema foi IDENTIDADES.

Foram desenvolvidas também, atividades voltadas ao tema família, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e no PAIF. Uma das atividades consistiu na exibição de um curta-metragem seguido de uma reflexão sobre o significado de família para cada usuário atendido. Em seguida, os participantes foram convidados a desenhar no papel Craft o que a família representava para eles, além de depositarem palavras que expressassem seus sentimentos em relação ao desenho.

Foi muito importante trabalhar o assunto vínculo familiar, pois nos dias de hoje muitos não valorizam suas famílias, que tendem a ser a base em um mundo no qual o desrespeito vem tomando conta e os laços familiares têm se tornado cada vez mais conflituosos.

Ressalta-se que a convivência com pessoas de diferentes idades, gêneros, culturas e experiências de vida, é um importante meio de aprendizado e de desenvolvimento pessoal, permitindo que os indivíduos compreendam melhor o mundo ao seu redor e sejam capazes de se relacionar de forma mais harmoniosa e respeitosa com as outras pessoas, pois, sentir-se parte de algum grupo, uma nação, um time esportivo ou uma família é ideal para todos os seres humanos. Fazer parte de algum grupo ou pertencer a algum lugar nos dá um sentimento de importância, de fazer parte de algo que é maior e mais importante que nós. Não se sentir parte de algo, por outro lado, pode causar efeitos muito negativos na saúde física e mental e no bem-estar de uma pessoa.

Para os grupos de idosos, seguimos um modelo similar de reforçar a importância do vínculo familiar. Foi preparada uma dinâmica para trazer memórias boas e de superação, onde um "prato da vida" foi montado e fichas foram depositadas pelos participantes como se estivessem revivendo cada um desses momentos novamente. A emoção foi marcante durante essa atividade. A atividade do "prato da vida" é uma analogia poderosa que nos remete à metáfora do banquete da existência. Assim como em um banquete, em que os convidados partilham de diversos pratos que representam momentos marcantes da vida, o "prato da vida" representa uma espécie de registro afetivo de nossas vivências mais importantes. Ao depositar fichas no prato como se estivessem revivendo cada um desses momentos novamente, os participantes relembrou, com emoção, as experiências que mais os marcaram ao longo da vida. Dessa forma, a atividade proporcionou um momento de reflexão profunda sobre a trajetória de cada indivíduo, permitindo que eles identificassem as experiências que mais os moldaram como seres humanos e as lições que puderam ser extraídas de cada uma delas. A emoção presente durante a atividade evidencia a importância desses momentos em nossa história pessoal e o impacto que eles têm em nossa vida atual e futura.

Ao decorrer do ano tivemos como proposta abordar o “COMBATE À VIOLÊNCIA E A EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES”, foram realizados cinco encontros durante o ano e cada encontro teve como objetivo abordar diversas formas de trabalhar, sensibilizar e conscientizar sobre o tema e informando principalmente onde buscar ajuda e os canais de denúncias.

Para dar visibilidade ao tema foi organizado pela rede Socioassistencial uma Ação Comunitária em parceria entre CRAS, CREAS, Secretaria de Desenvolvimento Social, SAICA, Conselho Tutelar, Casa Assistencial, e escolas municipais, na qual foi realizada uma ação na praça da matriz com entretenimento com a população e a entrega de jornais e panfletos referente ao tema no mês de “COMBATE À VIOLÊNCIA E A EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES”. A ação socioeducativa teve por objetivo oferecer informações atualizadas a um grande número de pessoas, visando mobilizar, promover reflexão e contribuir para mudança de comportamentos, atitudes e práticas ligadas à prevenção e superação de suas vulnerabilidades, empoderamento, exercício dos direitos e enfrentamento das violências e desigualdade, dessa forma, buscamos garantir uma oferta de grupos socioeducativos e campanhas que atendam às necessidades dos usuários, visando a promoção de um espaço de reflexão, troca de experiências, desenvolvimento de habilidades sociais e a estimulação da autonomia e potencialidade dos participantes. Além disso, o tema teve grande visibilidade no município e vários abusos contra crianças e adolescentes passaram a ser denunciados a partir das ações realizadas.

O evento ocorreu na Praça da Matriz no dia 16/05/2025 o dia todo no período da manhã e da tarde onde toda a população foi convidada a participar e principalmente as famílias PAIF, PAEFI, SCFV (crianças, adolescentes e idosos).

Durante o evento foram ofertados: pipoca, algodão doce, brinquedos (como pula-pula), durante o evento tiveram algumas apresentações de música, dança (Crianças e Idosos), e o Conselho Tutelar disponibilizou jogos e desenhos educativos, além de atividades de prevenção, como o painel “Onde pode tocar” para as crianças colorirem, com o intuito de sinalizarem em cores cada região.

Também foram trabalhados durante o ano os temas LGBTQIA+ / SEXUALIDADE/ ADOLESCÊNCIA NAS DIVERSAS FORMAS DE INTERAÇÃO COM O EU E O MUNDO. O tema foi abordado através de rodas de conversas, dinâmicas e palestra.

Da mesma forma foi abordada a problemática da violência física, verbal, intelectual, dentre outras, direcionadas às mulheres. Durante os grupos de PAIF foi observado que a agressão, seja ela física ou verbal, era normalizada na maioria dos casos. Realizamos intervenções sensíveis e respeitadas, desafiando a normalização desse comportamento e trazendo à tona a consciência dos danos que uma pessoa agredida pode sofrer, assim como os impactos sobre aqueles que aprendem esses padrões. Em muitas comunidades, esses comportamentos agressivos tornaram-se tão comuns que são aceitos como parte da vida cotidiana, o que é extremamente prejudicial. Como profissionais, temos a responsabilidade de conscientizar as pessoas sobre os graves impactos que a agressão pode ter em indivíduos e na sociedade como um todo.

Trabalhamos como se processa no Brasil a aplicação da Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, considerada uma das três leis mais completas do mundo no gênero. A

lei leva o nome da Bioquímica e Farmacêutica Cearense Maria da Penha Maia Fernandes, que ficou paraplégica após ser baleada pelo marido, pai de suas três filhas, através de vários depoimentos de vítimas e especialistas, o documentário apresenta o cotidiano das vítimas de violência doméstica.

Foi entregue a cada participante dos serviços PAIF e SCFV um Jornal todo ilustrativo da Editora Amigos, contendo conteúdos que aborda sobre 1) Feminicídio 2) Respeito 3) Quando é Feminicídio? 4) Lei do Feminicídio e Lei Maria da Penha – Qual a diferença para a mulher? 5) Feminicídio: A Evolução da violência 6) Quais são as penas para quem comete este tipo de crime? 7) Alerta Vermelho 8) O Agressor 9) Empoderamento contra a violência 10) A Vítima 11) Como desenvolver a autoconfiança 12) Locais para buscar ajuda 13) Proteção 14) Fique alerta no seu relacionamento 15) Denuncie. Cada tópico citado anteriormente foi abordado durante rodas de conversa, um conteúdo de suma importância e totalmente completo de informações, abrindo espaço para reflexões buscando assim, ampliar a visibilidade desta triste situação enfrentada pelas mulheres, além de promover o debate e a reflexão sobre o tema a proposta é contribuir também para que esse discurso seja fortalecido a fim de ajudar a transformar a realidade, conscientizando dos Direitos da Mulher e na luta pelo Fim da Violência Doméstica. Promovendo a conscientização à denúncia, e é importante despertar na sociedade quão importante é ter uma mobilização para coibir todas as formas de violência contra a mulher. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social também espalhou folders em todo o município, mencionando a importância da denúncia e no final do Projeto foi feito um vídeo, onde as mulheres do grupo do PAIF, trabalhadoras do SUAS e sociedade como um todo foram protagonistas, num grito pelo “BASTA à violência”. O vídeo teve grande visualização nas mídias.

O tema também foi trabalhado entre os adolescentes, onde foi entregue um relato de uma reportagem de violência contra a mulher, e em seguida cada um tinha que ler os fatos descritos para todos em voz alta e ao final de cada relato acontecia um debate entre os participantes e as profissionais após todos terem lido a sua reportagem, foi proposto então uma atividade onde foi escrito em cartaz as seguintes perguntas 1) Como evitar o crescimento da violência contra a mulher? 2) Violência contra mulher, o que é? 3) Quais são as causas da violência contra a mulher? 4) A sociedade colabora com a violência contra a mulher?

Os cartazes foram fixados na lousa e todos tinham como objetivo falar sobre cada pergunta, a dinâmica teve como objetivo conscientizá-los acerca da questão das diferentes formas de violência de gênero que se repetem diariamente no Brasil e despertar para o fato de que diversas vezes lemos ou assistimos manchetes sobre violência contra a mulher e não nos interpelamos acerca das causas desse problema, tratando a violência de gênero como algo normal. Foi mostrado que a violência contra a mulher independe de idade e quanto mais cedo aprendermos isso, mais eficaz será o combate à tal situação.

Ao término da atividade as profissionais falaram para os adolescentes algumas frases que por muitas vezes são ditas e não sabemos a proporção do impacto que causam, frases usadas normalizando o erro em ser mulher, além de ser algo carregado de estereótipos de como uma mulher é ou deve ser. Por que você está brava? É TPM? ... Mulher no volante, perigo constante. ... Vestido curto demais, tá pedindo. ... Você até que é bem inteligente para uma mulher. Etc. Tais frases foram ditas com o objetivo de levar os adolescentes a refletirem sobre o impacto negativo de cada uma.

No grupo de convivência voltado para idosas, foi abordado o tema "superando momentos difíceis". Deixou-se o espaço livre, sem direcionamentos específicos, permitindo que as participantes acessassem suas memórias em relação à temática. Ficou notável que, de modo geral, elas conseguiram ressignificar suas experiências sobre agressão física. A partir desse ponto, foi promovida uma provocação: "O que vocês fariam se testemunhassem uma situação de agressão?". Cada uma compartilhou os comportamentos que adotariam em tal situação. Em seguida, foram realizadas intervenções relacionadas aos comportamentos assertivos em contextos que envolvem pessoas em risco, incluindo a própria pessoa agredida.

Durante o ano também foram abordadas questões relacionadas às vulnerabilidades sociais, econômicas e todas as formas de fragilidade que desempenham um papel significativo no desenvolvimento de ansiedade e depressão, afetando profundamente o bem-estar psicológico dos indivíduos.

Em todos os encontros, os esforços foram voltados para a compreensão abrangente dos conceitos de sentimentos, emoções e reações, destacando a exploração das diversas situações que podem desencadear desconforto, angústia e mágoa. Durante os grupos foram feitas provocações e dinâmicas que desempenharam um papel crucial, permitindo que os grupos internalizassem a importância de adotar comportamentos assertivos para uma boa convivência social. Ao longo do ano foram vivenciadas intensas trocas de experiências e relatos pessoais, o que resultou em uma compreensão mais profunda do tema e em um processo de desconstrução da ideia de que "está tudo bem", já que a realidade muitas vezes não condiz com essa afirmação. Houve reflexões importantes, uma vez que inúmeras vezes não há momentos de trocas, onde as equipes param para refletir e para considerar como cada um se sente e analisa o quanto o seu serviço é importante para a vida do outro, dada a pressão constante do modelo capitalista que leva cada um a seguir automaticamente com suas vidas. Valorizar a equipe também foi uma ação constante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, seja através de ações, estudos intensivos, momentos de reflexões e cuidados para consigo mesmo e para com o outro.

Uma importante ação comunitária que aconteceu no Recinto Municipal Mario de Felício, no dia 10/09/2025 foi a Campanha sobre a valorização à vida, no intuito de prevenir o suicídio, além da ação ocorrida no dia 17/11/2025, sobre a Consciência Negra, onde houve a parceria da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e seus segmentos, como CRAS, CREAS, SAICA e as OSC's Casa Assistencial, APAE e grupo da 3º Idade, além da Rede Educacional, Saúde e Esportes. Depois das apresentações foram servidos aos usuários pipoca, cachorro quente, bolos, refrigerante, e cada usuário recebeu um kit de guloseimas.

Este ano aconteceu também a 14ª Conferência Municipal de Assistência Social com o tema "20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência", e a mesma foi organizada em 5 eixos: Eixo 1 – Universalização do SUAS: Acesso Integral com Equidade e Respeito às Diversidades. Eixo 2 – Aperfeiçoamento Contínuo do SUAS: Inovação, Gestão Descentralizada e Valorização Profissional. Eixo 3 – Integração de Serviços e Benefícios Socioassistenciais: Fortalecendo a Proteção Social, Segurança de Renda e a Inclusão Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Eixo 4 – Gestão Democrática, Informação no SUAS e Comunicação Transparente: Fortalecendo a Participação Social no SUAS. Eixo 5 –

Sustentabilidade Financeira e Equidade no Cofinanciamento do SUAS.

Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS

O CREAS constitui-se numa unidade pública estatal, responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos e atendimento e acompanhamento aos adolescentes e jovens de ambos os sexos em cumprimento de medidas sócio educativas em meio aberto, de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade, determinadas judicialmente.

No ano foram desenvolvidas diversas atividades individuais com as famílias atendidas no PAEFI e após trabalhado as problemáticas em grupo socioeducativo no CREAS.

A equipe técnica do PAEFI abordou e realizou atendimentos referentes à problemática da violência. Nos atendimentos e grupos as abordagens se concentraram na compreensão abrangente do conceito das violências.

Durante o ano foi realizado um grupo sobre agressão, com ênfase na exploração dos diversos tipos de agressão existentes. Inicialmente, foi realizada uma provocação ao grupo: "O que é agressão para cada um de vocês?". Todos os participantes contribuíram de forma significativa, o que contribuiu para a sensibilização da equipe e conscientização em relação a essa temática. Além disso, a equipe pode realizar intervenções individuais, considerando o contexto social de cada participante.

Durante os atendimentos foi observado que a agressão, seja ela física ou verbal, era normalizada na maioria dos casos. Nesse contexto, implementou-se no trabalho uma dinâmica destinada a promover comportamentos assertivos para uma convivência saudável na sociedade. A contribuição de cada participante foi valorizada nesse processo, incentivando-os a expressar livremente suas percepções e aprendizados.

Em muitas comunidades, esses comportamentos agressivos tornaram-se tão comuns que são aceitos como parte da vida cotidiana, o que é extremamente prejudicial. Como profissionais, temos a responsabilidade de conscientizar as pessoas sobre os graves impactos que a agressão pode ter em indivíduos e na sociedade como um todo.

O resgate dessa dinâmica foi de suma importância, pois permitiu que o grupo internalizasse a importância de adotar comportamentos assertivos em nossa convivência social. Essa conscientização é um passo essencial para criar comunidades mais seguras, solidárias e resilientes, onde todos têm a oportunidade de prosperar e viver livre do medo da agressão.

A equipe trabalhou com os atendidos no PAEFI como se processa no Brasil a aplicação da Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, considerada uma das três leis mais completas do mundo no gênero. A lei leva o nome da Bioquímica e Farmacêutica Cearense Maria da Penha Maia Fernandes, que ficou paraplégica após ser baleada pelo marido, pai de suas três filhas, através de

vários depoimentos de vítimas e especialistas, o documentário apresenta o cotidiano das vítimas de violência doméstica.

Foi entregue a cada participante um Jornal todo ilustrativo da Editora Amigos, contendo conteúdos que aborda sobre 1) Feminicídio 2) Respeito 3) Quando é Feminicídio? 4) Lei do Feminicídio e Lei Maria da Penha – Qual a diferença para a mulher? 5) Feminicídio: A Evolução da violência 6) Quais são as penas para quem comete este tipo de crime? 7) Alerta Vermelho 8) O Agressor 9) Empoderamento contra a violência 10) A Vítima 11) Como desenvolver a autoconfiança 12) Locais para buscar ajuda 13) Proteção 14) Fique alerta no seu relacionamento 15) Denuncie.

Ao decorrer do ano o CREAS teve como proposta a abordagem do tema “COMBATE À VIOLÊNCIA E À EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES”, foram realizados cinco encontros durante o ano e cada encontro teve como objetivo abordar diversas formas de trabalhar, sensibilizar e conscientizar sobre o tema e informando principalmente onde buscar ajuda e os canais de denúncias.

No ano, foi desenvolvida a proposta de integração com o grupo de Medida Socioeducativa afim de trabalhar os vínculos entre os adolescentes e a equipe, proporcionando um espaço de acolhimento e reflexão sobre as diversas áreas da vida humana. Foram realizadas rodas de conversas e dinâmicas como forma de desfazer a tensão e propiciar um ambiente mais agradável e menos tenso, apresentações de vídeo com o tema “Amor Próprio” com o intuito de fazê-los refletir e resgatar o amor próprio, identidade pessoal e expectativas de vida.

As faltas continuam sendo um problema constante entre os adolescentes, seja, no cumprimento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade. Existem alguns mitos e percepções criadas entre eles que, constroem um ambiente e sistema em que a punição é lenta e falha, com isso tentam a todo custo quebrar as regras e insistirem com os desvios de conduta. Com este repertório o CREAS foca em identificar os diferentes motivadores dos comportamentos de riscos dos adolescentes e se aprofundar na tentativa de tornar mais confiante e próxima a relação do orientador e adolescente na expectativa de que este adolescente tenha um interesse maior e confiança no processo de orientação e ação.

As visitas no local atual onde os adolescentes cumprem a Prestação de Serviço à Comunidade continuam de forma regular para um melhor desenvolvimento das atividades e orientações. O diálogo direto e acompanhamento contínuo com os responsáveis pelos locais de cumprimento de PSC vem permitindo o alinhamento de orientações específicas e reforçando o contato dos adolescentes, com uma nova maneira de viver, mantendo os assim cada vez mais distante da influência do tráfico de drogas. Acreditamos que o atrativo maior é a grande variedade de locais que foram acordados com algumas secretarias públicas, possibilitando assim um sentimento de acolhimento com o cumprimento da medida socioeducativa.

No ano de 2025, a equipe do PAEFI do CREAS assumiu em sua integralidade a demanda de pessoas em situação de rua.

A oferta de benefícios eventuais para este público, tais como: banho, alimentação, kit de higiene, cobertores e passagens rodoviárias para municípios vizinhos (Barretos e Bebedouro) bem como as intervenções de acolhimento, escuta e orientações passou a ser realizadas pela equipe técnica do PAEFI.

Os atendimentos são realizados conforme a necessidade da pessoa em situação de rua e acontece dentro do horário de funcionamento do serviço. Uma das principais dificuldades apresentadas nesta demanda é a aceitação do usuário em participar das atividades propostas, no qual, a equipe identifica ser por razão da dependência de substâncias psicoativas bem como resistência de contato com familiares ou retorno para sua família e tratamento para dependência química.

Os serviços de Alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados do seu núcleo familiar e/ou comunitário, possuem as unidades de acolhimento como referência para execução do serviço (Asilo, SAICA).

A equipe do CREAS/PAEFI, ainda realizou diversos momentos de atividades com o Grupo de crianças e adolescentes em situação de medida protetiva na modalidade de Acolhimento Institucional e suas famílias em acolhimento no SAICA que oferece acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, em situação de medida de proteção e em situação de risco pessoal, social e de abandono, cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

No que tange as atividades desenvolvidas, foram realizados atendimentos e acompanhamentos psicossociais coletivos e/ou individuais com os acolhidos e com os seus familiares, além de dinâmicas de grupo, visitas domiciliares, encaminhamentos para instituições de saúde, educação, assistência social, segurança pública, para órgãos da justiça: Poder Judiciário e Ministério Público –. Houve também o desenvolvimento de projetos e programas; aconselhamento e monitoramento, visando a melhoria dos serviços prestados; apoio pedagógico e execução de atividades de entretenimento externas e internas, objetivando a convivência familiar e comunitária. Tais ações têm como escopo a reinserção dos acolhidos em suas famílias de origem, ou colocação em famílias substitutas, contribuindo para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva, por meio da inclusão dessas no sistema de proteção social e serviços públicos, promovendo assim a autonomia dos sujeitos e rompendo com padrões violadores de direitos.

O órgão Gestor realizou a contratação de duas psicólogas de uma clínica de Bebedouro /SP, que atendeu por vários meses um adolescente que esteve em acolhimento no SAICA por um tempo, para desenvolverem uma ação juntamente com a direção e funcionários, nas Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo - HTPC da Escola Ananias do Nascimento - escola na qual este adolescente estava matriculado, para ser compartilhado o trabalho que a rede socioassistencial tem realizado e estratégias de manejo com o Transtorno de Conduta, no qual este adolescente foi diagnosticado.

A equipe do CREAS durante este ano, realizou várias reuniões, com a participação do órgão gestor, com a Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI “Asilo São José”, Secretaria Municipal de Saúde e com algumas famílias de idosos, vítimas de violações de direito, afim de estabelecer intervenções e criar protocolos em conjunto para mitigar as situações vivenciadas por eles, após a equipe identificar todas as violações de direito do contexto familiar e

encaminhar para a Promotoria de Justiça sugerindo o acolhimento institucional compulsório. Ou a equipe trabalhar para que a pessoa idosa não seja acolhida e não precise sugerir o acolhimento judicialmente, prevalecendo o que prevê o Estatuto do Idoso, no qual o idoso tem direito ao convívio familiar.

Uma das dificuldades que a equipe atravessa com esta demanda é o fato das famílias buscarem o acolhimento sem entender sobre o serviço. Elas acreditam que o acolhimento irá acontecer considerando apenas a renda do idoso, idade, disponibilização da vaga e ainda acreditam que o acolhimento irá acontecer de um dia para o outro. Quando a família procura a equipe no CREAS, depois de geralmente já ter procurado a ILPI “Asilo São José”, inicia-se o acompanhamento familiar com o intuito da equipe identificar os motivos que levam a família a querer a institucionalização da pessoa idosa. A equipe inicia o acompanhamento na qual são realizados atendimentos e visitas domiciliares e após ser identificado perfil de acolhimento considerando todos os aspectos do Estatuto do Idoso e Regimento Interno da ILPI “Asilo São José” é elaborado um relatório para a equipe do serviço de acolhimento para posteriormente realizarem uma visita técnica também. Toda essa metodologia pode demorar semanas ou meses.

Neste ano, quinze famílias procuraram o CREAS para inserir pelo menos um idoso da família na ILPI “Asilo São José”. No entanto, somente cinco atenderam os requisitos estabelecidos pela equipe do CREAS, Estatuto do Idoso e Regimento Interno da Instituição. Os demais que não se enquadraram são famílias, cujas pessoas idosas apresentaram características para Grau de Dependência III ou o próprio idoso não consentiu com o acolhimento. Os outros idosos continuaram no convívio familiar a partir de intervenções realizadas pela equipe que viabilizou esta condição.

Outra questão relacionada aos idosos é o fato deles não reconhecerem a violência como violação de direito. Em Colina, é muito comum que os vizinhos denunciem questões relacionadas a vulnerabilidades e ou violações de direito contra pessoa idosa. No entanto, após a intervenção da equipe com a família e com o idoso, a equipe identifica que ambos naturalizam o fenômeno da violência e normalizam esses comportamentos que muitas vezes são velados, dificultando as intervenções da equipe.

Nos grupos socioeducativos voltados para a pessoa idosa foram trabalhados os aspectos que estão presentes no processo de envelhecimento, destacando a necessidade de cuidado que a pessoa idosa apresenta em sua velhice, além de explicar com o grupo os principais direitos do idoso, dando ênfase no direito a convivência familiar e debatendo sobre os impactos que são gerados quando esse direito não é respeitado.

Um dos maiores desafios encontrados nessa demanda é de os filhos participarem das ações propostas, incluindo atendimento particularizado ou grupo socioeducativo e, além disso, muitos depositam a resolução do problema no poder público, esquecendo suas responsabilidades enquanto família. Essa é uma questão que vem sendo trabalhada nos atendimentos particularizados e em grupo com essas famílias.

Outra situação desafiadora foi em relação à Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) Asilo São José. Obra Unida à Sociedade de São Vicente de Paulo localizada na Rua 13 de Maio, 1154, Pedreira, foram realizadas várias reuniões com objeto a apuração de supostas irregularidades ocorridas na ILPI São José. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social não compactua com nenhum ato que viole quaisquer direitos de seus beneficiários diretos ou indiretos. O Termo de Colaboração número

012/2025 pactuado entre a ILPI e o Município de Colina, através dessa Secretaria, além do Plano de Trabalho e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), preconizam o trabalho de qualidade que deve ser oferecido pela ILPI, onde deve haver a proteção integral de seus acolhidos. Lembramos que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é a porta de entrada para que os idosos sejam acolhidos pela ILPI de Colina.

Acontece, que mesmo com todos os termos e resoluções expressamente pactuados entre a ILPI São José e a Prefeitura Municipal, a entidade não estava cumprido com aquilo que lhe é cabível. No ano de 2025 realizamos o acolhimento de 02 idosos em uma outra instituição em cidade diversa, justamente por haver recusa do acolhimento por parte da ILPI, mesmo havendo relatório do CREAS e parecer judicial favorável ao acolhimento, o que acaba onerando o Município, uma vez que embora haja a subvenção favorável à entidade e as vagas livres para o acolhimento, a mesma se recusou em acolher e força o Município a adquirir outros meios para suprir tal falha.

O município, por não ter Residências Inclusivas que são lares para jovens e adultos (18-59 anos) com deficiência que precisam de acolhimento e suporte devido à dependência, oferecendo um ambiente adaptado e equipe especializada para promover autonomia e inclusão, sendo um serviço da assistência social acessado via CRAS/CREAS e diferente de casas de repouso para idosos, focando no desenvolvimento de habilidades para a vida em comunidade, faz os acolhimentos em instituições particulares da região, que prestam serviço com a qualidade que os acolhidos precisam. Este ano de 2025 realizamos 03 acolhimentos por ordem judicial, os quais o Município de Colina está arcando com o pagamento total do acolhimento. A responsabilidade pelo custeio da "internação" (acolhimento) de uma Pessoa com Deficiência (PCD) em uma Residência Inclusiva é principalmente do Poder Público (União, Estados e Municípios), no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Controle Social

CONSELHOS MUNICIPAIS

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social é um instrumento público, responsável por prestar o apoio administrativo, técnico e logístico ao funcionamento dos conselhos na instância municipal, de caráter permanente que presta atendimento no que diz respeito ao Controle Social dos Conselhos vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS. O serviço é destinado ao Controle Social que tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988 e da LOAS/1993 enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativo-financeiro e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social funciona como espaço físico e estrutura de apoio comum, garantindo acessibilidade a todos os conselhos.

O município possui o Conselho Municipal de Assistência Social– CMAS, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência– CMDPD, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa– CMDPI, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente– CMDCA.

GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O orçamento público é o compromisso do governante para com a sociedade, para a boa execução das Políticas Públicas. Por meio dele, todos os cidadãos podem visualizar onde, quando, como e por quanto tempo será fornecido um serviço.

A gestão financeira e orçamentária da Assistência Social implica na observância dos princípios da administração pública, em especial: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Neste sentido, são instrumentos da gestão financeira e orçamentária do SUAS, o orçamento da Assistência Social e os Fundos de Assistência Social.

O Sistema Único de Assistência Social prevê o financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios e é viabilizado por meio de transferências regulares e automáticas entre os fundos de Assistência Social, observando-se a obrigatoriedade da destinação e alocação de recursos próprios pelos respectivos entes. Isso permite a execução de despesas relacionadas ao pleno funcionamento da Rede Socioassistencial, ou seja, vai garantir a efetividade na contínua oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social.

A elaboração do Plano de Trabalho e Aplicação têm sido um avanço para parte financeira e orçamentária do SUAS, pois especifica os recursos utilizados através do Fundo Municipal de Assistência Social no ano de 2025, respeitando as metas planejadas para o ano e os recursos orçados.

Um outro desafio para uma gestão plena e qualificada é a necessidade contínua de educação permanente para o aprimoramento da execução de despesas conforme a finalidade especificada para cada bloco nas legislações e normativas vigentes. No quesito Gestão Financeira e Orçamentária foi realizada integralmente a prestação de contas do ano de 2025 do cofinanciamento Estadual de 2025, referente à prestação de Contas Federal ainda está pendente o Sistema AGILIZASUAS. Todos os documentos e notas fiscais foram apreciados e aprovados pelo CMAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto conclui-se que as atividades elencadas neste relatório consistem em ações voltadas para a proteção social básica, média e de alta complexidade, para famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social.

Neste ano de 2025 a SMD através das equipes do CRAS/CREAS e de toda a rede Privada teve o objetivo de desenvolver um serviço de qualidade e de desenvolver os trabalhos em grupos, com propósito de maximizar as potencialidades dos usuários, estimulando a autonomia e o desenvolvimento de

habilidades sociais essenciais ao convívio social. Os serviços foram ofertados a partir da inserção de usuários(as), por meio de encaminhamentos realizados pelas equipes técnicas e de demandas espontâneas, participantes da proteção Social Básica, Média e Alta Complexidade, através da busca ativa, e encaminhamentos. O resultado destes trabalhos tem se pautado em recomendações gerais e específicas, considerando a natureza e as demandas de todos os temas tratados durante o ano. Foi necessária a realização de um trabalho interdisciplinar e articulação com outras políticas públicas, incluindo estudos de casos na perspectiva de aprimoramento das ações.

Em 2025 realizamos importantes campanhas de conscientização para mobilizar, sensibilizar, informar e convocar toda a sociedade a participar da luta em defesa dos diferentes direitos, bem como trabalhar a conscientização para o enfrentamento das violências, prevenção ao suicídio e inclusão social de pessoas com deficiência.

A problemática da violência no ambiente escolar emergiu como tema recorrente, sendo verbalizada nos encontros realizados. Tanto a violência praticada pelos próprios alunos, como aquela praticada pelos professores e outros profissionais, muitas vezes materializada pelo desprezo com determinados adolescentes. E também em relação ao suicídio que foi um assunto que foi bastante trabalhado durante o ano, principalmente com adolescentes, pelo fato de causarem a própria morte de forma intencional. Os fatores de risco incluem perturbações mentais e psicológicas, como depressão, perturbação bipolar, esquizofrenia e a toxicodependência, que engloba alcoolismo, abuso e uso de outras drogas. Verificamos que algumas das situações de suicídios resultaram de aspectos impulsivos devido ao estresse e/ou dificuldades econômicas, problemas de relacionamento ou *bullying*.

Isso nos fez buscar novas estratégias de diálogo com a política de Educação. Além de terem sido promovidas abordagens de acolhimento e reflexão. Foram realizadas dramatizações com o intuito de proporcionar aos participantes a experiência de se colocar no lugar daqueles que recebem determinadas respostas e xingamentos, visando uma compreensão mais profunda sobre os impactos de uma comunicação violenta.

Diante desse contexto, torna-se imperativo abordar e conscientizar sobre os impactos negativos do uso excessivo de telas, não apenas no âmbito individual, mas também nas dinâmicas familiares. Estratégias que visem promover um equilíbrio saudável entre a tecnologia e as interações interpessoais tornam-se cruciais para mitigar potenciais efeitos adversos, salvaguardando a qualidade das relações familiares e o desenvolvimento saudável dos adolescentes.

Em paralelo às preocupações relacionadas ao excesso de uso de celulares, é crucial reconhecer a necessidade de fortalecer a rede de apoio do serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, visando alcançar de maneira eficaz os objetivos estabelecidos com as famílias. A promoção dessa rede robusta é essencial para proporcionar um ambiente de suporte e compreensão, principalmente diante dos desafios apresentados pelo uso exacerbado de dispositivos móveis.

Em 2025 realizamos importantes campanhas de conscientização para mobilizar, sensibilizar, informar e convocar toda a sociedade a participar da luta em defesa dos diferentes direitos, bem como trabalhar a conscientização para o enfrentamento das violências, prevenção ao suicídio, consciência negra e inclusão social de pessoas com deficiência.

Os entraves no ano de 2025 continuaram sendo relacionados à dificuldade da população em entender que o Cadastro Único juntamente com os benefícios têm legislação específica, impedindo que a equipe do CRAS faça diversas ações almejadas pela população, podendo sofrer inclusive sanções judiciais, uma vez que a Assistência Social, diferente do que muitos pensam, não é para todos, mas para quem de fato dela necessita.

Também foi discutido muito sobre o trabalho em rede, que muitas vezes não ocorre, sendo de suma importância a comunicação nesse processo, uma vez que se trata de uma rede socioassistencial e de uma rede intersetorial, ou seja, outras políticas públicas são necessárias para a efetivação dos direitos e a proteção das famílias e/ou indivíduos.

O caminho percorrido até aqui pela atual gestão foi de muito trabalho, de modo bem árduo, não foi fácil. E sabemos que temos muito mais a fazer, sobretudo pelo acirrado processo de empobrecimento das famílias nos últimos anos. Todos os dados oficiais mostram o quanto a pobreza aumentou desde 2020, em contraponto, o investimento nas políticas sociais sofreu um retrocesso. O financiamento da assistência social recai majoritariamente sobre os municípios. O que significa dizer que com o aumento das vulnerabilidades sociais enfrentadas pelas famílias, as demandas são aumentadas e as ofertas, se não eliminadas, continuam do mesmo tamanho. As estratégias para atingir um número maior de pessoas necessitam andar a par e passo com investimentos nos serviços e a política de assistência social ainda sofre com um financiamento residual face às suas demandas por serviços, programas e benefícios. Talvez o maior dos desafios da assistência social ainda seja o de delimitá-la como direito social. Não raro, na rotina da gestão e dos serviços, ela retoma o lugar de não política. Ainda ocupa o residual, aquilo que não cabe na saúde, na educação, na habitação, no trabalho, volta a assistência social como se ela fosse capaz de dar conta de políticas estruturantes, com envergaduras muito maiores do que ela é capaz de suportar. Por isso, mais do que nunca, precisamos de firmeza para assegurar o que nos compete: acolhida, convivência e renda! É assim que precisamos estruturar nossas ofertas e garantir serviços, programas e benefícios que tenham seguranças socioassistenciais com seus respectivos resultados, e que venha a intersetorialidade, como uma estratégia de estado para dar conta de um país tão desigual.

Ademais, ressaltamos a necessidade de avançar na implementação e consolidação desta Política Pública Social, não apenas pelo município, mas de forma articulada com os demais entes federativos, ou seja, os caminhos ainda precisam ser trilhados de maneira a reforçar a intrínseca relação entre a gestão, o financiamento e o controle social. É necessário também ampliar o nível de cobertura da população em situação de vulnerabilidade e riscos sociais, bem como qualificar os serviços ofertados e aprimoramento da gestão.

Outro desafio para a gestão é garantir todas as exigências de recursos humanos, recomendadas pela NOB-RH/SUAS, como a questão da desprecarização dos vínculos trabalhistas.

Por fim e não menos importante, é de suma importância destacar que não fazemos nada sozinhos, mas em conjunto com todos os agentes do SUAS podemos construir e reconstruir muito. Sem dúvida, o



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Av. Cel José Venâncio, Nº 51 – Centro - CEP 14.770-000

Fone: (17) 3341-3933 / 3341-1126

E-mail: promocaosocial@colina.sp.gov.br ou
desenvolvimentosocial@colina.sp.gov.br

Colina - São Paulo



forte compromisso de entes federados, servidores e sociedade civil da área de Assistência Social é o que vem assegurando a manutenção e o fortalecimento do SUAS.

Colina, 31 de dezembro de 2025.

Órgão Executor

Responsável pelo Órgão Gestor

Aprovação pelo Presidente do CMAS